

Segurança de Defesa na campanha presidencial

Publicação: [O Mundo em Português N°57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autor: Thomas C. Bruneau

Pela primeira vez desde 1972, as questões de segurança nacional e de defesa ocupam o centro da campanha presidencial nos Estados Unidos. A opinião pública americana pensa que estas são questões cruciais, pelo que ambos os candidatos, o Presidente George W. Bush e o Senador John Kerry, se apresentam como o líder mais capaz de defender a segurança dos EUA, ao mesmo tempo que questionam a competência do seu opositor. Se todas as eleições desde a guerra do Vietname, em 1975, foram determinadas por questões internas, nomeadamente a economia e o emprego, estas presidenciais prometem ser decididas pelo balanço que os eleitores fizerem da credibilidade dos candidatos na prossecução de uma política forte de segurança nacional e de defesa.

O choque causado pelos ataques terroristas em Nova Iorque e Washington, a 11 de Setembro de 2001, e as suas consequências, não podem ser sobrestimadas. Pela primeira vez desde o ataque japonês a Pearl Harbor, a 7 de Dezembro de 1941, os americanos vivem sob uma barragem constante de atenção governamental e dos media relativamente à ameaça de futuros ataques, incluindo o possível uso de armas de destruição maciça. Ataques noutras locais – na Indonésia em 2002, em Madrid a 11 de Março de 2004, e na Indonésia e na Rússia em Setembro de 2004 – são vistos como prova da onipotência do terrorismo. Como única superpotência e símbolo último do capitalismo Ocidental, os americanos pensam que os EUA são o principal alvo do terrorismo global. As guerras no Afeganistão e no Iraque, que foram bem sucedidas militarmente, se bem que o mesmo não se possa dizer do que aconteceu a seguir, são também alvo de atenção constante, particularmente no que se refere às baixas americanas.

A interminável sucessão de relatórios, oficiais e quasi-oficiais sobre o que aconteceu no 11 de Setembro e os fracassos da intelligence são igualmente muito perturbadores para a população, que se questiona, provavelmente com razão, sobre a capacidade do governo em detectar e impedir futuros ataques. As propostas de reestruturação das

agências de intelligence contribuem grandemente para que a opinião pública duvide da sua eficácia, pois a falta de coordenação, a ausência de intelligence humana, a falta de pessoal que domine o árabe e outras línguas do Médio Oriente estão sistematicamente presentes nos media e em livros e artigos de antigos funcionários do governo e de especialistas não-governamentais. Resumindo, a tragédia do 11 de Setembro, e tudo o que se seguiu, colocou a segurança nacional e a defesa no centro das atenções da opinião pública americana, de uma forma inédita na história. Afinal, Pearl Harbor não é no continente e foi alvo de um ataque iniciado fora, enquanto Nova Iorque e Washington são os centros da riqueza e do poder americanos e foram atacados a partir de dentro. Ninguém sabe onde e quando terá lugar o próximo ataque, mas existe um pressentimento generalizado de que é apenas uma questão de tempo.

Não surpreende, assim, que as questões de segurança nacional suscitem mais interesse por parte dos americanos do que as questões económicas. Enquanto na campanha de 2002, quando Bill Clinton derrotou o Presidente Bush pai com a questão «é a economia, estúpido!», hoje a questão é indubitavelmente «é a ameaça, estúpido!» Numa sondagem do Pew Research Center divulgada em Agosto de 2004, 4 em cada 10 americanos referiam as questões internacionais e de defesa como sendo os mais importantes problemas com que o país se confronta, enquanto apenas 1 em cada 4 mencionava a economia. A última vez que a segurança dominou uma campanha presidencial foi em 1972, durante a guerra do Vietname. Em 1992, uma sondagem similar indicava que os eleitores se preocupavam dezoito vezes mais com a economia do que com questões internacionais e de segurança. Desta recente sondagem concluiu-se que a ameaça do terror continua a moldar as atitudes públicas sobre o uso da força e a extensão das medidas de homeland security. O estudo também mostra uma crescente polarização da opinião pública. O apoio republicano à doutrina Bush de guerra preventiva contra inimigos potenciais, por exemplo, cresceu para os 88% (o ano passado estava nos 79%), enquanto o apoio democrata caiu de 58 para 44%.

George W. Bush tem sido o mais polarizador presidente da história mais recente. Se houve adeptos e detractores dos Clinton (Bill e Hillary) entre 1992 e 2000, o nível de polarização não se assemelha ao que existe actualmente. Durante a administração Clinton, as atenções centraram-se nas questões internas, com algumas distrações na Somália, na Bósnia e no (mas não no Ruanda). Mesmo antes do 11 de Setembro, as políticas do Presidente Bush já tinham começado a chamar a atenção pública para a cena internacional e de segurança, reconhecendo que os EUA têm um poder económico e militar incomparáveis aos de qualquer outro país ou agrupamento regional – o que se manifestou no abandono do Tratado ABM e do Acordo de Quioto e na não-adesão ao

Tribunal Penal Internacional. A polarização inflamou a atenção e o debate nos EUA e depois do 11 de Setembro e das guerras no Afeganistão e no Iraque os olhos estão cada vez mais postos nas questões de segurança nacional e de defesa.

Não deixa de ser irónico que a Guerra do Vietname, quase 30 anos depois da queda de Saigão, continue a ser tão importante, não só pelo receio de repetição de uma situação semelhante no Iraque, mas também pelo envolvimento pessoal (ou a sua ausência) dos dois candidatos. O Senador Kerry argumenta que tem capacidades para ser eleito Presidente e defender os EUA com base na sua actuação no Vietname, que lhe valeu algumas condecorações. Ataca o Presidente Bush por ter entrado para a Guarda Nacional, evitando assim os combates no Vietname. O Presidente Bush e os Republicanos, bem como grupos de veteranos do Vietname que têm o apoio do Partido Republicano, respondem atacando Kerry pela sua activa oposição à guerra quando regressou do Vietname e chegam mesmo a questionar se mereceu de facto as medalhas que lhe foram atribuídas. Assim, a opinião pública americana está constantemente a ser bombardeada por anúncios das duas campanhas, defendendo e atacando os candidatos precisamente nesses temas de segurança nacional e defesa, que assim se transformam nas mais importantes características de distinção entre os dois candidatos. As convenções nacionais dos dois partidos concentraram-se muito na segurança nacional e na defesa, uma situação pouco frequente, sobretudo no Partido Democrata, que tinha basicamente cedido estes temas aos Republicanos desde, pelo menos, a eleição de Jimmy Carter em 1976. Mas os Democratas sabem, o que ficou bem patente na sua Convenção, que se John Kerry não convencer os americanos de que preservará a sua segurança não será eleito.

Fazer passar esta mensagem de forma convincente é extremamente difícil para os Democratas pois já desde o Vietname, quando o Presidente Johnson decidiu não se recandidatar, em 1968, devido à oposição à guerra, que não conseguem ter uma posição consensual no seio do Partido sobre estas questões. Assim, têm-se concentrado nas questões internas, o que muito gostariam de poder fazer também este ano. Porém, sabem que não o podem fazer, que não podem ignorar a segurança e a defesa e que têm que convencer os eleitores que John Kerry tem capacidade para ser um líder em tempo de guerra. É por esta razão que os anúncios de ataque Republicanos se centram tanto na actuação de Kerry no Vietname e na sua posterior oposição à guerra.

A Convenção Republicana centrou-se sobretudo em duas questões. A primeira, sob a liderança do vice-presidente Dick Cheney, resume-se a questionar as credenciais de

John Kerry enquanto Presidente em tempo de Guerra, por ser demasiado liberal e indeciso para liderar. A segunda foi a celebração do sucesso de Bush por estar à altura da história no 11 de Setembro e por ter decidido ir para a guerra no Afeganistão e no Iraque. As duas convenções nacionais acabaram, assim, por colocar a segurança nacional e a defesa no centro das eleições do próximo dia 2 de Novembro.